

## LEI MUNICIPAL Nº. 144/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Pinto Bandeira – PME e dá outras providências.

João Feliciano Menezes Pizzio, Prefeito Municipal de Pinto Bandeira. Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promuigo a seguinte lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Educação do Município de Pinto Bandeira— PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

 III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

 V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - valorização dos (as) profissionais da educação:



IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias, nas escolas municipais já existentes, com exceção da educação infantil e ensino superior (Redação dada pela Emenda Legislativa de 22 de junho de 2015).

Art 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- II Comissão de Educação da Câmara de Vereadores ou outra especificamente constituída junto ao Poder Legislativo, para este fim;
  - III Conselho Municipal de Educação:
  - IV Fórum Municipais de Educação;
  - § 1º Complete, ainda, às instâncias referidas no caput:
- ! divulgar os resultados de monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet e outros meios que tenham disponíveis;
- II analisar e propor políticas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas propostas.



§ 2º A divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações referida no inc. I do parágrafo anterior, deve ser feita a cada 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art 5° O Município realizará, pelo menos. 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio do Plano Municipal de Educação e do Plano Nacional de Educação, com o objetivo de avaliar a execução das respectivas Leis.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação ficará responsávei pela organização e realização da conferência, bem como:

- I acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas e estratégias;
- II trabalhará na articulação das conferências municipais de educação com as conferências regionais, estaduais e nacionais que vierem a ser realizadas.

Art. 6º O piano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua piena execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pinto Bandeira 23 de junho de 2015.

y par Feliciano Menezes Pizzio

CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI PUBLICADO NO MURAL

SECRETÁRIA DE ADM., PLAN., E FINANCAS.